



## GENEALOGIA AMBIENTAL E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO INTERDISCIPLINAR

Cláudia Elaine Costa de Oliveira<sup>1</sup>

### RESUMO

O artigo científico intitulado: Genealogia Ambiental e Produção do Conhecimento Interdisciplinar, publicado no ano de 2018, os autores são de diferentes áreas de atuação. Nesse processo de formação de ideias, analisaram numerosas publicações relacionadas ao campo das ciências ambientais. Assim, o trabalho científico, tem como objeto de pesquisa, os aspectos ambientais interdisciplinares. Nas temáticas de pesquisa, respondem aos questionamentos da problemática contemporânea, destacando a ética enquanto princípio básico da prática científica no campo das ciências ambientais. Relaciona com a produção científica o espaço acadêmico e avulta as políticas colaboradoras acerca dos aspectos teóricos e metodológicos transversais. Expor e analisar deficiências e debilidades com dimensões tão desafortunadas gera conhecimentos específicos norteadores da composição de soluções capazes de evitar infortúnios coletivos mais prejudiciais e abrangentes. O referido artigo científico, se desenvolveu pautado na apreciação de disposições legais específicas, entendimentos doutrinários, conhecimentos disponibilizados em sites de confiança e artigos científicos que versem especificamente sobre o tema abordado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação de Ideias. Genealogia Ambiental. Interdisciplinaridade. Produção de Conhecimento.

### ABSTRACT

The scientific article entitled: Environmental Genealogy and Interdisciplinary Knowledge Production, published in 2018, the authors are from different areas of activity. In this process of forming ideas, they analyzed numerous publications related to the field of environmental sciences. Thus, scientific work has as object of research, the interdisciplinary environmental aspects. In the research themes, they respond to questions of the contemporary problem, highlighting ethics as a basic principle of scientific practice in the field of environmental sciences. It relates to scientific production the academic space and largethe collaborating policies about the theoretical and methodological aspects

<sup>1</sup> Coordenadora do Curso de Direito da Faculdade de Jussara – FAJ e professora do Curso de Direito. Possui graduação em Direito pela Faculdade de Educação e Ciências Humanas de Anicuns – FECHA/GO. Mestre em Desenvolvimento Regional pela Faculdade Alves Faria – ALFA/GO; Mestre em Direito Previdenciário e Trabalhista pela Faculdade Internacional Cousesoffree – FICL; Doutoranda em Ciências Ambientais pela UNIEVANGÉLICA de Anápolis – GO; Pós-graduada em: Docência Universitária, Direito Público, Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito Civil, Psicopedagogia e Gestão Estratégia em Educação Superior – pela Faculdade Montes Belos – FMB/GO.

transversal. Exposing and analyzing deficiencies and weaknesses with such unseparable dimensions generates specific knowledge that guides the composition of solutions capable of avoiding more harmful and comprehensive collective misfortunes. This scientific article developed based on the assessment of specific legal provisions, doctrinal understandings, knowledge available on trusted websites and scientific articles that specifically focused on the subject addressed.

**KEYWORDS:** Formation of Ideas. Environmental Genealogy. Interdisciplinarity. Knowledge Production.

## **DESENVOLVIMENTO**

A obra é dividida em introdução, metodologia – procedimentos heurísticos da pesquisa, resultados e discussões, conclusão e referências. O modo narrativo do texto é escrito na terceira pessoa, encontra-se no tempo contemporâneo, com o uso da voz ativa, ou seja, discurso direto, usando menos palavras e um grande número de ideias.

É um texto altamente formal, quase não há espaços para informalidade. Sobre a abordagem das questões ambientais, existem lacunas entre os aspectos conceituais teóricos e metodológicos. Há pouca relação dialógica entre as ciências naturais, ciências exatas e as ciências humanas (MACHADO, 2011, p. 12).

A pesquisa, apresenta um texto científico documental altamente específico, parte do princípio do campo das ciências ambientais, usa o método genealógico com aporte teórico prático dinâmico, imergindo das ideias trazidas pela memória dos pesquisadores engajados na mudança e avanços no campo da pesquisa, no processo de construção complementar sobre as ciências ambientais tendo a problematização construída a partir do questionamento do conhecimento transversal e do avanço do ponto de vista epistemológico.

Destaca a ausência das reflexões acerca dos conhecimentos metodológicos associados a conceitos e métodos próprios da investigação. O conhecimento científico é pautado na transversalidade, conceituando e abordando conceito de genealogia ambiental e o subsídio a futuras pesquisas, considerando que o conhecimento produzido permitirá uma grafia descritiva dos fenômenos contextuais da produção do conhecimento interdisciplinar de forma hierárquica, destacando como instrumento de coleta de dados a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica (GOIÁS, 2011, p. 23).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Apontam argumentos filosóficos foucaultiana, cuja problemática é de natureza epistemológica. No que diz respeito à sua institucionalização, a perspectiva interdisciplinar, subsidia futuras pesquisas científicas a partir do estabelecimento de novas práticas de linguagens, estabelecendo um elo entre as diferentes áreas do conhecimento, a prática interdisciplinar de produção e conhecimento, possibilitando a evolução da aplicação de conceitos e métodos de diferentes áreas, gerando resultados ao longo de um processo dinâmico de pesquisa científica ambiental (MACHADO, 2011, p. 80).

Assim, os autores, assumem o compromisso das ciências ambientais, acreditando no processo evolutivo do conhecimento para futuros resultados sociopolíticos e ambientais. Acreditando nas reações como formação de conceitos de genealogia ambiental e o subsídio a futuras experiências, como opção na interpretação da problemática ambiental e viés para as ciências do conhecimento contemporâneo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Código Florestal*. Lei 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm)>. Acesso em: abril de 2014.

\_\_\_\_\_. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. São Paulo: Saraiva, 2004.

\_\_\_\_\_. *Declaração de Estocolmo sobre Meio Ambiente Humano*. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos. Universidade de São Paulo: 1972. Disponível em <<http://www.direitoshumanos.usp/>> Acesso em: 10 de agosto de 2012.

\_\_\_\_\_. *Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento*. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 1997.

\_\_\_\_\_. *Estatuto da Cidade*. Lei 10.257, de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm)>. Acesso em: abril de 2014.

\_\_\_\_\_. *Lei Federal 12.305 de 02 de agosto de 2010*. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. *Política Nacional do Meio Ambiente*. Lei n.º 6.938 de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/16938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm)>. Acesso em: março de 2014.

BRUNDTLAND, G. H. (Org.). *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

MELLO, Celso Antônio. *Direito Ambiental*. São Paulo: Saraiva, 2011.

DIREITOS Humanos na Internet. *Declaração de Estocolmo sobre o meio ambiente humano* – 1972. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/doc/estoc72.htm>>. Acesso em 08 mar. 2012.

MILARÉ, Édís. *Direito Ambiental*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011

FARINHA, Renato. *Direito ambiental*. São Paulo: EDIJUR, 2006.

GOIÁS. *Política Estadual de Meio Ambiente*. Lei 18.104, de julho de 2003. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, institui a nova Política Florestal do Estado de Goiás e dá outras providências. Disponível: <<http://www.cpisp.org.br/htm/leis/page.aspx?LeiID=366>>. Acesso: 03 de março de 2013.

GOIÁS. *Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento*. Índice de Desenvolvimento Econômico – IDE e Índice de Desenvolvimento Social – IDS dos Municípios Goianos: 2010.

HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. *Novo dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 1970*. Disponível: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 20 de abril de 2013.

LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. São Paulo, 2012.

MACHADO, P. A. L. *Direito Ambiental Brasileiro*. 17 ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

MILARÉ, Édís. *Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco*. 5. ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 2011.

OLIVEIRA, Fabiano Melo Gonçalves de. *Direito Ambiental: Difusos e Coletivos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS DE MONTES BELOS. *Desempenho do setor mineral*. 2014.